

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.274.163 - PR (2018/0078239-2)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL  
**ADVOGADOS** : LAURA AGRIFOGLIO VIANNA - RS018668  
LÚCIO ROCA BRAGANÇA - RS051777  
CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS - PR045295  
LAIS ALONSO GUIMARÃES - PR063674  
**AGRAVANTE** : PARANAPREVIDENCIA  
**ADVOGADO** : DOUGLAS MURILO DOS REIS - PR081031  
**AGRAVADO** : CELSO DA CRUZ  
**ADVOGADOS** : LUIZ CARLOS CHECOZZI - PR010355  
LILIANA ORTH DIEHL - PR034797

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. AUSENTE. FUNDAMENTOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO EXAURIDA.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO ANULATÓRIA DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - SEGURO DE VIDA EM GRUPO - INDENIZAÇÃO POR MORTE DE CÔNJUGE - CLÁUSULA SUPLEMENTAR DE CÔNJUGE - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO 1 (RE PARANA PREVIDÊNCIA) - ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA - AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE - NÃO ACOLHIMENTO - ENTE DE COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL QUE NÃO ATUA COMO MERA ESTIPULANTE - REDUÇÃO DA COBERTURA SECURITÁRIA - AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO - MAU CUMPRIMENTO DAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS -*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*VIOLAÇÃO DOS §§1º E 2º DO ARTIGO 801 DO CC - RESPONSABILIDADE DA ESTIPULANTE RECONHECIDA - POSICIONAMENTO DO STJ - SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e desprovido, RECURSO DE APELAÇÃO 2 (RE COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL):- INSURGÊNCIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA OFENSA AO §2º DO ARTIGO 801 DO CC - VIOLAÇÃO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE RECONHECIDA - PRESCRIÇÃO ANUA - INOCORRÊNCIA - AUTOR QUE PLEITEIA INDENIZAÇÃO NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO - SITUAÇÃO QUE ENSEJA APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DO ARTIGO 205 DO CC (DECENAL) - SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e desprovido (e-STJ, fl. 460)*

No recurso especial, a agravante alega violação ao artigo 1.022, do CPC/15, sustentando que o erro foi cometido pela estipulante que não informou da existência de cônjuge para o segurado específico, o que impediu a cobrança do prêmio e a inclusão na cobertura, não podendo ser responsabilizada por falha alheia.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 558/566 e 568/587).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, a agravante aponta a tese de omissão sustentando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a falta de previsão do cônjuge para a inclusão na cobertura. Alega, pois, malferimento do artigo 1.022, do CPC/15.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via

inadequada.

A propósito:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA PARTE VENCIDA.**

**1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

**2. Verificada a sucumbência mínima, caberá à outra parte, por inteiro, responder pelas custas e honorários advocatícios.**

**3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.**

**(EDcl no AgRg no REsp 1448042/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se)**

**RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)**

**1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)'.**

**(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/02/2011)**

No caso dos autos, embora o Tribunal de origem não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Efetivamente, no que pertine à ausência de previsão do cônjuge para cobertura no seguro, restou consignado que:

*Não bastasse isso, é de se frisar que muito embora o contrato de seguro de vida em grupo tenha sido firmado com o apelado, isto é, tendo ele a qualidade de segurado, no caso dos autos, como pretende o recebimento da cobertura suplementar do cônjuge, tem-se que o apelado figura também, e aqui, na qualidade de beneficiário do referido seguro de vida, não sendo aplicável o prazo prescricional anual disposto no artigo 206, §1º, inciso II do Código Civil. (e-STJ, fls. 470 - grifou-se)*

Na espécie, o Tribunal de origem foi expresso ao admitir e fundamentar que

o cônjuge figura como beneficiário do seguro de vida.

Ademais, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses apresentadas durante um processo judicial, bastando que as decisões estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Assim já se decidiu em diversos julgados, dentre os quais:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. O ÓRGÃO JURISDICIONAL NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE PRONUNCIAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELAS PARTES SE IMPERTINENTES À SOLUÇÃO DA QUESTÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. MÉRITO DO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEÇA FACULTATIVA. IMPRESCINDIBILIDADE À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. FORMAÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO IMPROVIDO.*

(...)

*II. O órgão julgador, como acentuado pelo entendimento pretoriano, não é obrigado a se pronunciar sobre todos os temas, mas apenas acerca daqueles relevantes e aptos à formação de sua convicção.*

(...)

*V. Agravo improvido.*

*(AgRg no Ag 1232500/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 06/09/2010 - grifou-se)*

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte, conforme os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Além disso, não há que se falar em "*simples transcrição dos trechos do v. acórdão*", pois a decisão enfrentou adequadamente a tese do recorrente, e demonstrou didaticamente que apesar que constam requisitos fáticos e probatórios

# *Superior Tribunal de Justiça*

suficientes para não se deferir o parcelamento das custas. Ou seja, restou demonstrado que as questões apresentadas foram, de fato, examinadas e decididas, não havendo que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

